

LEVANTAMENTO DE MICROAGRESSÕES CONTRA MINORIAS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO EM UM CURSO DE PSICOLOGIA¹

Higor Flávio de Oliveira Machado²

Thais Cristina Pereira Ferraz³

RESUMO:

As microagressões são oriundas de comportamentos enraizados que perpetuam o preconceito, manifestando-se de formas sutis ou não intencionais de discriminação e repressão direcionadas a grupos minoritários. Este artigo apresenta uma investigação sobre a interação entre microagressões contra minorias de gênero e orientação sexual atrelada às práticas culturais no Brasil e na formação em psicologia. Considerado que preconceito e discriminação podem estar presentes no contexto acadêmico, busca-se verificar ocorrências microagressões contra estudantes LGBTs, em estudantes de uma graduação em Psicologia, em uma universidade na Zona da Mata Mineira. Nesse sentido, esta pesquisa, de caráter exploratório, foi estruturada de acordo com dois estudos. O primeiro, no qual foi realizada uma revisão narrativa de literatura, apresentou por objetivo rastrear as raízes históricas da heteronormatividade, discriminação e coerção social, explorando o papel da Análise do Comportamento na compreensão dessas dinâmicas. O segundo buscou levantar dados sobre microagressões em alunos LGBTs, maiores de 18 anos, no curso de psicologia, de uma universidade no Sudeste de Minas Gerais. Este estudo de campo utilizou a metodologia por amostragem bola de neve, segundo a qual 93 estudantes de psicologia responderam a um questionário estruturado, autodirigido, composto por questões relacionadas a compreensão do conceito de microagressão, identificação de sua ocorrência e avaliação sobre como o curso aborda esse fenômeno. A pesquisa apresentou dados relevantes sobre a formação em Psicologia, destacando a ocorrência de microagressões e indicando possíveis lacunas na formação relacionadas a esse tema. Além disso, foram sugeridas medidas afirmativas, as quais receberam apoio dos participantes como uma estratégia potencialmente eficaz. Este trabalho tem como proposta estimular o debate e criar oportunidades para a implementação de práticas afirmativas direcionadas às pessoas LGBTs no contexto do curso de Psicologia. Espera-se promover a adoção de discussões sobre as práticas de microagressão e examinar o papel e a formação do psicólogo em relação a essas questões.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. LGBT. Microagressões. Práticas Afirmativas. Psicologia.

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em 28/10/23 e aprovado, após reformulações, em 28/11/2023

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail:higoroliveira188@gmail.com.

³ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e docente e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail:thaisferraz@uniacademia.edu.br.

ANALYSIS OF MICROAGGRESSIONS AGAINST SEXUAL ORIENTATION AND GENDER IDENTITY MINORITIES IN A PSYCHOLOGY COURSE

ABSTRACT:

Microaggressions stem from ingrained behaviors that perpetuate prejudice, manifesting in subtle or unintentional forms of discrimination and repression directed towards minority groups. This article presents an investigation into the interaction between microaggressions against gender and sexual orientation minorities linked to cultural practices in Brazil and the formation in Psychology. Considering that prejudice and discrimination may be present in the academic context, this study seeks to verify occurrences of microaggressions against LGBTs students in a Psychology undergraduate program at a university in the Zona da Mata Mineira region. Thus, this exploratory research was structured according to two studies. The first involved a narrative literature review aiming to trace the historical roots of heteronormativity, discrimination, and social coercion, exploring the role of Behavior Analysis in understanding these dynamics. The second sought to gather data on microaggressions among LGBTs students, over 18 years old, in a Psychology course at a university in Southeastern Minas Gerais. This field study employed a snowball sampling methodology, where 93 psychology students responded to a self-directed structured questionnaire containing inquiries related to understanding the concept of microaggression, identifying its occurrence, and evaluating how the course addresses this phenomenon. The research provided relevant data on Psychology education, highlighting the occurrence of microaggressions and indicating potential gaps in the education related to this topic. Additionally, affirmative measures were suggested, which received support from the participants as a potentially effective strategy. This work aims to stimulate debate and create opportunities for the implementation of affirmative practices targeted at LGBTs individuals within the context of the Psychology course. It aims to promote discussions about microaggression practices and examine the role and training of psychologists concerning these issues.

Keywords: Behavior Analysis. Microaggressions. Affirmative Practices. LGBT. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca responder à questão sobre a identificação de microagressões e de práticas afirmativas, direcionadas às minorias de identidade de gênero e orientação sexual, no âmbito da formação em Psicologia. Para tanto, foram realizados dois estudos – o primeiro estudo (Estudo 1) tem como objetivo geral descrever o conceito de microagressão contra minoria de identidade de gênero e de orientação sexual; e o segundo estudo (Estudo 2) visa levantar dados sobre microagressões contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), no curso de Psicologia, em contexto brasileiro. Tal contexto, em seu processo histórico, expõe que as pessoas LGBTs, sofreram e ainda sofrem com discriminações, atos

segregadores, agressivos e intolerância, embora muitas das ações sejam explícitas, tais como agressões físicas e verbais que levam à morte. Por outro lado, existem microagressões que são discriminações a um grupo de minorias, que podem ser praticadas verbalmente, sendo formas sutis, breves e clichês (Silva, 2020). As microagressões são expressões aparentemente inofensivas, mas que perpetuam preconceitos e estereótipos, emergindo da cultura e reforçando normas discriminatórias, podendo ser tão prejudiciais quanto agressões explícitas (Skinta, 2020). São exemplos de microagressão fazer piadas ou comentários que sugerem que heterossexualidade é a única orientação sexual válida, como "Você não parece gay" ou "Isso é tão gay", desvalorizando outras identidades sexuais.

Atualmente, é comum a utilização de diferentes variações da sigla "LGBT+", por exemplo, o acrônimo "LGBTQ+" inclui a letra "Q" para representar pessoas Queer, enquanto o "LGBTQI+" acrescenta a letra "I" para incluir pessoas intersexo. Além disso, a sigla "LGBTQIA+" é utilizada para incluir pessoas assexuais. Outro termo é o "LGBTQIAP+", que acrescenta a letra "P" para incluir pessoas pansexuais. É importante lembrar que o uso de diferentes termos pode variar em diferentes contextos e entre diferentes indivíduos e grupos. Para a presente pesquisa, que tem como recorte pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no curso de Psicologia, será adotada a sigla "LGBT" sem o sinal de adição, uma vez que esta se refere ao recorte específico em questão.

Conforme a proposta do Estudo 1, para estabelecer relações entre as microagressões na graduação de Psicologia, é fundamental compreender a história da comunidade LGBTs no Brasil e como a Psicologia se configura nesse contexto. Nesse sentido, vale destacar que a Psicologia surgiu no Brasil em 1962, dois anos antes do início da Ditadura Militar.

Historicamente, pode-se expressar que o Brasil foi estruturado pelo machismo e o patriarcado, ou seja, considera-se que o padrão social envolve a predominância da figura masculina e a heterossexualidade como normalidade. Tal estrutura tem influência na população e estabelece um enrijecimento em relação ao que se difere da heterossexualidade (Pedroso, 2023).

Em 1964, a Ditadura Militar foi instaurada no Brasil, caracterizada pela repressão de corpos e pela censura daqueles que expressavam opiniões contrárias ao governo estabelecido (Ferreira; Sacramento, 2019). Durante a Ditadura Militar, a

perseguição, a discriminação e o preconceito contra pessoas LGBTs eram comuns, chegando até mesmo a casos de homicídio e tortura. Foi nesse período, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que começaram os movimentos de minoria lutando por igualdade e respeito (Vianna, 2015).

A temática de gênero e sexualidade vem sendo debatida há décadas, mas somente em 2019, a garantia dos direitos contra a discriminação foi configurada como mecanismo de proteção, por meio da equiparação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao crime de racismo, estendendo-se às pessoas LGBTs. Além disso, essas pessoas também estão protegidas pelo crime de injúria previsto no artigo 140 do Código Penal (Brasil, 1940).

Apesar da proteção garantida por lei, dados estatísticos recentes, informam que, em práticas de discriminação, em 2021, 1.700 pessoas deste grupo foram agredidas, e que oito estados brasileiros não têm dados sobre o tema, incluindo o maior estado, São Paulo. Além disso, houve um aumento de 35,2% nas agressões em comparação ao ano de 2020 (Farias, 2022). Segundo dados do Senado Federal, em 2017, foram registrados 445 casos de homicídios de pessoas LGBTs no país. Além disso, de 2008 a 2016, 868 travestis e transexuais foram assassinados de forma violenta, o que demonstra a gravidade da violência contra esse grupo. Práticas de discriminação ainda podem ser identificadas, inclusive na comunidade da Psicologia, mesmo diante do código de ética da profissão.

Desde a versão final do Código de Ética da profissão em 2005, cujo princípio baseia-se no respeito e na obrigação de contribuir para a redução da discriminação, os profissionais da Psicologia são orientados a atuar com ética e responsabilidade social. Entretanto, em meados de 2017, o tema da 'cura gay' tornou-se objeto de discussão entre os profissionais da Psicologia, gerando controvérsia e a necessidade de reflexão acerca do respeito e da dignidade das pessoas LGBTs. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reafirmou sua posição contrária à 'cura gay' e enfatizou a importância dos psicólogos seguirem as normas éticas da profissão, que visam à promoção da saúde mental e do bem-estar dos indivíduos, sem discriminação de qualquer natureza (CFP, 2021).

No contexto da Psicologia, a temática das microagressões contra pessoas LGBTs pode ser analisada sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Busca-se o desenvolvimento de estratégias efetivas para lidar com a discriminação e

promover o respeito e a igualdade entre todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Nesse sentido, o artigo utiliza da abordagem da Análise do Comportamento, considerando seu compromisso em contribuir significativamente para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva para a comunidade LGBT (Melo *et al.*, 2012).

Na graduação em Psicologia, busca-se a formação de profissionais capazes de compreender e atuar diante de situações que envolvem a diversidade e a complexidade humana. Contudo, é importante destacar que, assim como na sociedade, a discriminação e o preconceito também podem estar presentes no contexto acadêmico. Nesse sentido, de acordo com o Estudo 2, a presente pesquisa buscou verificar ocorrências microagressões contra estudantes LGBTs, por meio de um questionário estruturado aplicado em estudantes de uma graduação em Psicologia, em uma universidade na Zona da Mata Mineira.

Pode-se considerar que, em termos metodológicos, a pesquisa possui natureza qualitativa e objetivos exploratórios. Para a realização do Estudo 1, foi utilizada a estratégia de revisão narrativa da literatura para fundamentar conceitos sobre microagressões e práticas afirmativas na análise do comportamento. Assim consolidou-se a discussão sobre heteronormatividade no contexto brasileiro e seu impacto na Psicologia. Esta revisão de literatura embasou a discussão dos resultados do Estudo 2. Por sua vez, o Estudo 2, foi feita uma pesquisa de levantamento direcionada para coleta dados sobre a ocorrência de microagressões em um curso de Psicologia. Portanto, a metodologia empregada consistiu em uma revisão narrativa da literatura seguida por uma pesquisa de campo, utilizando uma abordagem mista, para análise dos resultados, que integrou métodos qualitativos e quantitativos. De acordo com Gonçalves (2005), esta proposta metodológica tem como objetivo descrever conceitos e fenômenos pouco estudados por meio da coleta de dados. Observa-se que os resultados não podem ser generalizados para toda a população, mas podem fornecer informações preliminares importantes para a definição de novas hipóteses, identificação de variáveis e delimitação do problema a ser estudado em estudos futuros (Gonçalves, 2005).

Levando em consideração a hipótese subjacente de que a incidência de microagressões é uma realidade no âmbito da formação em Psicologia, este artigo também elucida estratégias propositivas de práticas afirmativas destinadas a abordar

e mitigar tais ocorrências. O cerne destas propostas reside na busca ativa pela inclusão dos estudantes, alicerçada na sensibilização, conscientização e capacitação de profissionais em formação para que atuem como agentes de mudança social. Espera-se que este trabalho abra debate e espaço para implementação das práticas afirmativas voltadas para as pessoas LGBTQs no curso de Psicologia. Almeja-se que haja adesão da discussão das práticas de microagressão e a formação do psicólogo e seus papéis mediante a essas pessoas.

2 ANÁLISE HISTÓRICA DA HETERONORMATIVIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SEU IMPACTO NA PSICOLOGIA

A heteronormatividade, como padrão social predominante no Brasil, tem raízes históricas que remontam à colonização portuguesa. Com a chegada dos portugueses, foi trazido para o país um discurso religioso e moral que estabelecia a heterossexualidade como o comportamento sexual correto e legítimo, enquanto todas as outras formas de expressão sexual eram consideradas imorais e impuras (Pedroso, 2023).

No Código Penal português de 1553, relações entre pessoas do mesmo sexo eram tratadas como sodomia, crime punido com expulsões para o Brasil. Durante o período colonial, essa prática continuou sendo crime. Retirada do Código Penal em 1830, ainda era vista como grave pecado e imoralidade, moldando a heteronormatividade com a relação homem-mulher como único padrão aceito moralmente (Pedroso, 2023). No Governo Republicano em 1890, o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo era considerado atentado público ao pudor. Até 1940, havia penalização pelo uso de roupas associadas aos sexos masculino e feminino, reprimindo quem desafiasse esse padrão. Esta repressão se estendia às mulheres, submetidas aos padrões de corpo e submissão masculina. Nessa estrutura social, o homem era central na proteção e reprodução, com seus desejos privilegiados, reflexo da influência cultural religiosa (Pedroso, 2023).

Ao longo de sua história, pessoas LGBTQ foram submetidas a experimentos médicos na década de 1920, justificados como tratamentos psiquiátricos para a homossexualidade. Esse discurso médico contribuiu para difundir preceitos religiosos e, em 1930, a homossexualidade tornou-se crime punível. Na Era Vargas (1937-

1945), as práticas homossexuais foram amplamente consideradas um problema social e mantidas sob a lógica ótica médica, resultando na internação em manicômios para controlar esses indivíduos, embora sem intenção de curá-los. Entre 1940 e 1968, houve uma expansão da subcultura LGBT e uma maior visibilidade dessas pessoas nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo (Pedroso, 2023).

Enquanto vigorava o regime militar, que foi estabelecido como sistema político em 1964, conhecido pela perseguição e propagação de ideias conservadoras de cunho cristão e patriarcal, houve também uma forte resistência do movimento LGBT. No final dos anos 1970, surgiram outros movimentos identitários, como o movimento negro e o movimento feminista (Ferreira; Sacramento, 2019).

Na década de 1960, ocorreu a regulamentação do curso de Psicologia enquanto ciência e profissão, estabelecida pela LEI Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962). A Psicologia, por sua vez, produziu diversos estudos acadêmicos que criticavam a postura autocrática da Ditadura Militar e estudavam os efeitos da violência em tal regime (Hur; Lacerda, 2017).

Embora a Psicologia se estruturasse como um espaço clínico elitizado, houve uma parte que trouxe discussões sobre a opressão da Ditadura e propôs a importância de uma Psicologia Social, aproximando-se das classes populares e alinhando-se com os direitos humanos (Costa; Oliveira; Ferrazza, 2014). A Psicologia teve uma trajetória diversa para consolidar-se nos espaços acadêmicos e como profissão, iniciando-se primeiramente na clínica e posteriormente expandindo para outras áreas, como a educação e o trabalho (Pereira; Neto, 2003). É notável o avanço da Psicologia ao longo do tempo, em que a profissão conquistou importantes espaços de atuação e contribuições para a população.

Em 2005, foi feita a última edição do código de Ética do Exercício Profissional da Psicologia, um instrumento fundamental que orienta a conduta dos profissionais da área. Dentre os princípios éticos da profissão, destaca-se o dever do psicólogo de promover a liberdade, dignidade e respeito aos direitos humanos, sempre visando à promoção da qualidade de vida de seus pacientes.

Esses valores têm se consolidado como pilares fundamentais da prática psicológica, contribuindo para a formação de profissionais cada vez mais capacitados e comprometidos com o bem-estar social. De acordo com o Código de Ética (CFP, 2005),

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...] (CFP, 2005, não paginado).

Em 2017, um grupo de profissionais da Psicologia moveu uma ação popular para que as terapias de reversão sexual fossem reconhecidas como método válido, apesar do Conselho Federal de Psicologia não aprovar essa prática. O Judiciário do Distrito Federal acatou parcialmente o pedido, gerando um debate sobre a questão da reversão sexual. O Conselho Federal de Psicologia emitiu uma nota afirmando: “a Psicologia brasileira não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) também aprovou nota de apoio à Resolução 01/99 do CFP” (CFP, 2021).

Apesar do código de ética da Psicologia estabelecer que práticas que desrespeitam a subjetividade humana, como as terapias de reversão sexual, não são permitidas, ainda há presença de LGBTfobia na sociedade. Tal postura é uma herança do período colonial no Brasil. A população LGBT historicamente sofreu repressão, punição e extinção. Mesmo havendo discussões sobre o tema, é importante que elas não cessem, visto que há dados alarmantes sobre violência contra LGBTs.

Em 2019, a LGBTfobia foi criminalizada no Brasil pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Com a decisão, atos de discriminação e preconceito contra pessoas LGBT passaram a ser enquadrados na Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, mesma lei que abrange os crimes raciais (Brasil, 1989).

A relação entre a comunidade LGBT e a sociedade brasileira é um tema complexo e histórico, que remonta às origens do país e as culturas eurocêntricas que influenciaram a formação de suas concepções sobre a normalidade. Tais comportamentos, que hoje são identificados como LGBTfobia, foram responsáveis pela perseguição, punição e homicídio de indivíduos LGBT desde os primórdios da existência dessas relações no país. A violência contra a comunidade LGBT ainda é uma realidade presente nos dias atuais (Pedroso, 2023).

2.1 PRÁTICAS CULTURAIS E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Compreender a Cultura sob a ótica da Análise do Comportamento, baseada filosoficamente no behaviorismo radical, proposto por Burrhus Frederic Skinner, permite descrevê-la de acordo com papel significativo das contingências sob as práticas culturais (Melo *et al.*, 2012). Pode-se dizer que os eventos que ocorrem na

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.612- 637, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483

cultura estão influenciados por reforçadores fornecidos pelo grupo social. Portanto, as práticas culturais estabelecem padrões que se refletem nos comportamentos dos indivíduos que fazem parte desse coletivo. Nesse contexto, as práticas culturais não apenas moldam a coerência dos indivíduos a esses padrões, mas também delineiam suas ações intrínsecas. Isso abrange aspectos como vestimenta, educação, governança, entre outros. É importante ressaltar que essas práticas culturais, em sua essência, representam empreendimentos coletivos nos quais diversas atividades, incluindo educação, saúde, administração pública, artes e ciências, convergem como expressões das práticas culturais (Melo *et al.*, 2012).

Ademais, mesmo que o comportamento possa abraçar concepções inatas ou características típicas da natureza humana, Skinner resalta que a maioria desses traços é determinada pela interação cultural. Em outras palavras, são influenciados pelas contingências culturais, nas quais o indivíduo está imerso desde o seu nascimento. Nesse contexto, as práticas culturais exercem efeitos sobre o grupo que as adota (Melo *et al.*, 2012).

Para ilustrar esses conceitos, pode-se considerar o cenário delineado na introdução deste artigo, no âmbito das práticas culturais arraigadas no Brasil. Até o ano de 2019 (Brasil, 1989), não havia uma legislação que conferisse proteção à comunidade LGBT contra a violência, evidenciando a ausência de mecanismos legais (no contexto cultural) para lidar com tal situação (Pedroso, 2023). Paradoxalmente, um número significativo de casos de violência é observado (Farias, 2022). Nesse contexto, é perceptível que as práticas culturais permanecem alinhadas com sua trajetória histórica. Embora hoje exista uma lei, os números revelam-se notavelmente elevados (Farias, 2022). Por sua vez, as iniciativas de resistência por parte das minorias (Vianna, 2015) podem ser interpretadas como formas de contracontrole, enquanto aqueles que optaram por escapar (esquiva) estavam, na realidade, buscando proteção (Melo *et al.*, 2012).

Entretanto, a apreensão da complexidade intrínseca à cultura requer a ampliação de novos conceitos que sustentem uma compreensão mais profunda do comportamento social. Um desses conceitos é o de metacontingência, introduzido por Sigrid Glenn em 1980. Este conceito enriquece o entendimento do comportamento social ao abordar as relações entre práticas sociais e suas consequências. Diferentemente das contingências comportamentais individuais, a metacontingência

envolve contingências entrelaçadas individuais que, em conjunto, culminam em um valor agregado em longo prazo. Por conseguinte, essa perspectiva permite a análise dos comportamentos de grandes grupos em contextos específicos (Todorov; Moreira, 2004). É pertinente destacar que as práticas culturais abarcam produtos que não necessariamente mantêm o comportamento individual de cada participante. Em vez disso, é a cultura que seleciona a prática, não sendo os comportamentos individuais que a compõem os responsáveis por essa seleção. A descrição das metacontingências permite a formulação de novos cenários e modelos explanatórios que podem ser empregados para apoiar comunidades e embasar políticas públicas, culminando na consecução de novos objetivos (Melo *et al.*, 2012).

Assim, entender que as práticas culturais perduram através de contingências estabelecidas socialmente implica reconhecer sua presença contínua em sociedades, grupos ou organizações, podendo se estender por meses, anos ou até séculos. Dentro dessas práticas culturais, os indivíduos desenvolvem repertórios comportamentais moldados por consequências sociais. Essas contingências sociais podem surgir de interações com figuras parentais, cuidadores, núcleo familiar ou instituições reguladoras, como entidades educacionais e religiosas. Esse controle pode ser tão sutil a ponto de escapar da percepção (Todorov, 2012).

Para fins de ilustração, considerando o cenário previamente apresentado e ao refletir sobre os dados abordados ao longo deste texto, torna-se viável analisar que as práticas de exclusão, os movimentos históricos (Vianna, 2015) e a promulgação das leis (Pedroso, 2023) estão alinhados com a trajetória histórica do Brasil e os processos que foram mantidos pela sociedade. Mantendo esse princípio em perspectiva, esse argumento poderia explicar a posição divergente adotada por alguns profissionais da Psicologia em relação ao Código de Ética de 2005, que serve como um guia para a prática profissional (CFP, 2005, 2021). Essas práticas sociais exercem influência nas decisões e posições tomadas por esses profissionais (Melo *et al.*, 2012).

Dentro desse contexto, as leis estabelecidas ocupam uma posição que engloba a descrição de contingências, metacontingências ou princípios. Um exemplo apresentado por Todorov (2012) é a Constituição de 1988 que assegura que a educação é um direito inalienável de todos e uma obrigação do Estado. No entanto, segundo o autor, a mera existência da lei não garante, automaticamente, que o

comportamento previsto será efetivado. Para que isso ocorra, torna-se essencial que o Estado empregue suas influências, tais como o Poder Executivo e o Judiciário. Dessa forma, as leis atuam como práticas culturais que são empregadas com o propósito de alterar ou estabelecer outras práticas culturais.

Nesse sentido, considera-se que a mera promulgação de uma legislação voltada à proteção dos direitos LGBT não é, por si só, suficiente. É imperativo que ações concretas sejam implementadas visando a redução efetiva da violência e a concretização dessas salvaguardas. Essa perspectiva fundamenta a persistência de números substanciais de casos violentos (Ferreira; Sacramento, 2019; Todorov, 2012).

Com base nessas considerações, emerge uma relação entre o indivíduo e a sociedade, delineando contingências (Melo *et al.*, 2012). A compreensão da interação entre o indivíduo e a cultura é também influenciada pela noção de 'atitude' na Análise do Comportamento. Na abordagem da filosofia behaviorista radical, a atitude envolve a emissão de respostas, sejam elas públicas ou privadas, e é moldada por experiências passadas, influenciando diretamente futuros comportamentos (Mizael; Santos; Rose, 2016).

Na perspectiva da Análise do Comportamento, a compreensão das atitudes abarca a avaliação de pessoas, objetos e eventos, mesmo na ausência de experiência direta com os eventos em questão (Mizael; Santos; Rose, 2016). Como por exemplo a questão da LGBTfobia, em que indivíduos podem emitir julgamentos negativos, mesmo na ausência de uma vivência prévia. Tal processo é fundamentado pelo paradigma de equivalência de estímulos e a Teoria das Molduras Relacionais (RFT) (Mizael; Santos; Rose, 2016).

Por outro lado, os estudos acerca das atitudes desempenham um papel crucial na compreensão da mudança de atitudes, estereótipos e preconceitos. Isso ocorre por meio de uma rede relacional derivada, na qual certos perfis são associados a características positivas ou negativas. Por exemplo, os autores Mizael, Santos e de-Rose (2016) trazem o termo "bicha" pode ser assimilado como algo negativo, assim como o uso de termos pejorativos em relação a grupos minoritários. Essas associações podem ser transferidas. No entanto, é importante destacar que assim como essa relação é estabelecida, os estudos sobre a equivalência de estímulos também oferecem estratégias para reverter essas associações ou estabelecer novas

relações. Retomando o exemplo da equivalência entre o termo "bicha" e algo negativo, é viável adotar uma abordagem oposta. Isso foi adotado por homens gays para ressignificar o termo, promovendo uma nova construção social (Mizael; Santos; Rose, 2016).

2.2 MICROAGRESSÕES E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Microagressões enquanto definição foi criada por Chester Pierce, médico psiquiatra, referindo-se a formas sutis ou não intencionais de discriminação e repressão direcionadas a grupos minoritários. Essas práticas têm o potencial de causar danos significativos ao bem-estar do indivíduo e podem se manifestar de diversas maneiras, abrangendo desde comunicações verbais e gestuais até ações baseadas em estereótipos perpetuados pelo ambiente (Silva, 2020).

Compreender as práticas LGBTfóbicas (preconceitos) sob a ótica da Análise do Comportamento implica entender que o ambiente social no qual a pessoa está inserida influencia o aprendizado desses comportamentos. Tais comportamentos são mantidos pelo ambiente, como a cultura heteronormativa presente, que tende a reforçar o modelo padrão de casal formado por um homem e uma mulher. Isso pode ser mantido por meio de estereótipos de gênero na mídia, expectativas sociais, como casamento e filhos, e pressão de grupos de referência, como figuras públicas (Skinta, 2020).

A compreensão das microagressões ganha ainda mais profundidade quando exploramos sua correlação com as práticas culturais enraizadas em uma sociedade. A cultura molda nossas percepções, crenças e valores, influenciando as maneiras pelas quais interagimos com aqueles ao nosso redor. As microagressões frequentemente emergem como produtos da cultura, muitas vezes manifestando-se em expressões aparentemente inofensivas, mas que perpetuam preconceitos e estereótipos. Essas expressões sutis podem ser tão prejudiciais quanto as agressões explícitas, uma vez que perpetuam normas culturais discriminatórias (Skinta, 2020; Todorov, 2012). A análise da conexão entre microagressões e a prática cultural, pode favorecer a identificação suas manifestações e implementação de estratégias eficazes para desafiar e mudar esses padrões (Skinta, 2020; Todorov, 2012).

Para ilustrar a influência complexa da história do Brasil nas atitudes contemporâneas, bem como nas microagressões direcionadas à comunidade LGBT,

pode ser considerado o seguinte exemplo fictício. Um ambiente de trabalho no qual um profissional LGBT é consistentemente marginalizado e alvo de comentários irônicos sobre sua identidade de gênero. Esses comentários são enraizados em décadas de padrões culturais de heteronormatividade como o ideal (Farias, 2022; Silva, 2020). A história do Brasil (Pedroso, 2023) marcada por períodos de repressão e discriminação, contribui para a persistência desses padrões. Mesmo em um contexto pós-Ditadura Militar e com ações legislativas recentes de combate à LGBTfobia, a influência histórica ainda se faz sentir.

A interconexão entre microagressões, práticas culturais e a história do Brasil oferece um panorama multifacetado para compreender as complexas dinâmicas que afetam a comunidade LGBT. As microagressões não são meras palavras ou gestos isolados, mas sim reflexos de um contexto cultural mais amplo que molda as atitudes (Mizael; Santos; Rose, 2016).

Além disso, as microagressões, que podem prejudicar o bem-estar do indivíduo, podem se manifestar de formas variadas, incluindo comunicações verbais, gestuais e ações baseadas em estereótipos perpetuados pelo ambiente (Silva, 2020).

Portanto, é fundamental aprofundar nossa compreensão acerca dessas mudanças, analisando as práticas afirmativas em detalhes, para então explorar novas perspectivas e identificar seu impacto potencial na sociedade, com a esperança de que essas ações possam, de fato, promover transformações positivas e significativas.

2.3 PRÁTICAS AFIRMATIVAS

O termo "práticas afirmativas" refere-se a ações e estratégias com o propósito de fomentar inclusão, igualdade e diversidade, com foco em grupos historicamente marginalizados. Essas ações visam corrigir disparidades e introduzir medidas benéficas para um conjunto específico. É relevante destacar que essas práticas assumem formas variadas conforme o contexto de aplicação, abrangendo esferas como organizações, educação e política (Salvador; Paiva; Neve, 2017).

No Brasil, as ações afirmativas surgem de movimentos de grupos minoritários como negros, mulheres, pessoas com deficiência, LGBT e outros, em resposta a históricas negações de direitos. Apesar dos avanços legais e na representação, ainda há muito a ser conquistado. Desde a Constituição Federal de 1988, que promove princípios democráticos e de direitos humanos, o país busca uma sociedade justa e

igualitária, usando ações afirmativas como meio (Piovesan, 2008). A Análise do Comportamento sugere que tais mudanças, gradualmente, modelam novos comportamentos, contribuindo para a redução das microagressões (Mussi; Malerbi, 2020).

A Análise do Comportamento considera que as práticas afirmativas podem fomentar comportamentos desejáveis. As estratégias afirmativas são entendidas como métodos que utilizam reforços positivos para aumentar a probabilidade de ocorrência desses comportamentos. Um princípio fundamental das práticas afirmativas é a noção de que o reforço positivo é mais eficaz do que a punição (Mussi; Malerbi, 2020).

Na aplicação das práticas afirmativas com pessoas LGBT, em contextos clínicos, é relevante destacar a utilização de ambientes não punitivos que promovam a abertura e o respeito para discutir temas relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero. Ademais, a adoção de reforços positivos desempenha um papel crucial, consistindo na afirmação das relações homoafetivas como saudáveis (Mussi; Malerbi, 2020).

A exploração das contingências de reforçamento presentes nas trajetórias de vida da população LGBT também se torna essencial, permitindo que o profissional exponha ao paciente os impactos do estresse vivenciado por minorias sexuais. A implementação de práticas como o treino de auto-observação de pensamentos e emoções, assim como o incentivo à exposição a grupos LGBT, também se coloca como estratégia fundamental no âmbito clínico (Mussi; Malerbi, 2020). Skinta (2020) ressalta a importância da construção de novas relações como um processo intrinsecamente ligado à criação de valor. No que concerne a comunidade LGBT, a ênfase na valorização das relações homoafetivas como aspecto positivo se revela como catalisador na formação de valores, com potencial de desencadear transformações significativas culturalmente.

3 METODOLOGIA

De acordo com a proposta metodológica dessa pesquisa, considera-se que, por meio do Estudo 1, fundamenta-se o Estudo 2. Dessa maneira, o entendimento das práticas culturais históricas relacionadas à heteronormatividade brasileira, à luz dos

princípios da Análise do Comportamento, destaca-se como um elemento-chave. Esse conhecimento desempenha um papel fundamental não apenas na compreensão, mas também na elaboração e delimitação da coleta de dados, bem como na análise subsequente dessas informações. Essa base teórico-conceitual configura-se como guia tanto para construção quanto para interpretação dos resultados obtidos, por meio do instrumento de coleta de dados. Nessa seção, portanto, busca-se descrever a metodologia do Estudo 2.

3.1 DELINEAMENTO

O presente estudo consiste no levantamento de microagressões contra minoria de identidade de gênero e orientação sexual em um curso de Psicologia da Zona da Mata Mineira, onde os critérios de inclusão são: alunos de Psicologia acima de 18 anos que se identificam como LGBT e alunos de Psicologia acima de 18 anos que não se identificam como LGBT, mas como heterossexuais. Já os critérios de exclusão são alunos abaixo dos 18 anos, alunos que não são estudantes de Psicologia, profissionais formados, professores da graduação de Psicologia.

3.2 PARTICIPANTES

A pesquisa contou com uma amostra de 94 participantes, dos quais 93 foram considerados válidos. Todos os participantes eram estudantes do curso de Psicologia e concordaram voluntariamente em participar, conforme indicado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Do total de 93 participantes, 57 se identificaram como heterossexuais, enquanto 36 não se reconhecem como tal. Durante a coleta de dados, foram observadas diversas maneiras pelas quais os participantes se referiam a si mesmos, incluindo termos como "assexual" e "pansexual", além de outros que estavam em processo de descoberta de sua orientação sexual. Para efeitos didáticos, os dados foram agrupados em duas categorias principais: pessoa heterossexual (PH) e pessoa não heterossexual (PNH), esta última incluindo todas as respostas que não se enquadravam na categoria heterossexual. Na Figura 1, está descrita a identidade de gênero e orientação sexual dos participantes

FIGURA 1: Descrição identidade de gênero e orientação sexual

Identidade de gênero	Pessoa heterossexual (PH)		Pessoa não heterossexual (PNH)		Total	
	n	%	n	%	n	%
Homem cisgênero	12	21%	9	25%	21	23%
Mulher cisgênero	44	77%	24	67%	68	73%
Homem transgênero	1	2%	0	0%	1	1%
Mulher transgênero	0	0%	0	0%	0	0%
Não binário	0	0%	2	6%	2	2%
Gênero Fluido	0	0%	1	3%	1	1%
Total	57	100%	36	100%	93	100%

3.3 INSTRUMENTO

A pesquisa de campo utilizou um questionário online da plataforma Google, fechado e de múltipla escolha, baseando-se nas definições de microagressões segundo a Análise do Comportamento. O questionário serviu para o rastreo da orientação sexual e da identidade de gênero dos participantes e, principalmente, das situações que envolvem as microagressões. O instrumento passou por teste piloto com amostra de 5 (cinco) estudantes do curso de Psicologia. O teste tem por objetivo averiguar se o questionário está compreensível, bem como identificar o impacto da pesquisa nos participantes.

3.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS E COLETA DE DADOS

Em relação aos preceitos éticos da pesquisa, esta foi submetida à plataforma Brasil e ao comitê de Ética em Pesquisa por ela designada. Somente após o deferimento pelo CEP a coleta de dados foi iniciada. Além disso, todos participantes descritos aceitaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde foram informados que, a qualquer momento, poderiam interromper a sua participação, sem risco de qualquer prejuízo ou constrangimento e que as informações fornecidas seriam mantidas em sigilo.

O questionário foi administrado online e incluiu definições de microagressões com exemplos, os mesmos utilizados na primeira parte da pesquisa. Além disso, trouxe a mesma definição de práticas afirmativas descrita no início deste trabalho.

Durante o levantamento, os dados foram armazenados na nuvem da plataforma Google correspondente a conta do pesquisador principal. Os arquivos contendo os dados coletados estão armazenados em um dispositivo externo, mais especificamente em um pen drive, a fim de garantir sua segurança e integridade. O pen drive será mantido sob a responsabilidade direta do pesquisador principal, em local seguro e

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.612- 637, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483

protegido. Apenas o pesquisador e a equipe autorizada terão acesso aos dados, garantindo assim a confidencialidade das informações.

A pesquisa foi realizada pelo método de amostragem por bola de neve, que segundo Dewes (2013)

Pressupõe haver uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma [...] (Dewes, 2013 p.10).

A amostragem por bola de neve é um método simples usado para alcançar grupos difíceis de acessar. É útil para explorar um tema, compreendê-lo melhor e para planejar estudos futuros. Entretanto, possui limitações, como a falta de controle na escolha dos participantes, já que depende dos próprios participantes para indicar outros participantes. Além disso, por não ser um método probabilístico, não garante a representatividade da amostra nem permite determinar seu tamanho preciso. Por essa razão, não é possível calcular o erro da amostra ou fazer inferências para toda a população com base nessa amostra (Vinuto, 2014).

Sendo possível a divulgação da pesquisa de forma mais abrangente, avisos foram espalhados informando sobre a pesquisa e foi solicitado aos professores de uma faculdade de Psicologia no Sudeste de Minas Gerais que passassem adiante até que a amostragem seja atingida. Considera-se que a pesquisa apresentou risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados serão analisados de forma mista, utilizando tanto técnicas qualitativas quanto quantitativas. A análise qualitativa está fundamentada na revisão narrativa de literatura (Estudo 1) e busca compreender a subjetividade das respostas, sem a pretensão de generalizar os resultados. Já a análise quantitativa, de acordo com a estrutura do questionário, viabiliza a mensuração dos resultados em termos de percentuais (Gonçalves, 2005).

A análise dos dados obtidos neste estudo foi conduzida utilizando o software Microsoft Excel (2016). Para a análise quantitativa, os dados foram organizados em tabelas, apresentando a quantidade numérica de respostas para cada pergunta. Por sua vez, a análise qualitativa envolveu a identificação de temas e padrões emergentes nas respostas, proporcionando uma compreensão exploratória dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Figura 1, o levantamento de dados revelou informações sobre a identidade de gênero dos participantes, sendo 68 (73%) mulheres cisgênero, 21 (23%) homens cisgênero, e 4 (4%) participantes não cisgênero. Dentre esses 4 participantes, 1 participante se identifica como homem transgênero, 1 como gênero fluído e 2 como não binários, enquanto não houve participantes mulheres transgênero. Portanto, 96% dos participantes identificam-se como cisgêneros.

É importante considerar que durante a coleta de dados, ao apresentar os conceitos de microagressão e práticas afirmativas, foram incluídos exemplos práticos para facilitar a identificação desses conceitos pelos participantes e permitir a continuidade na pesquisa. No que se refere ao conhecimento sobre microagressão (Figura 2), observou-se que dos 93 participantes, 23 pessoas heterossexuais conheciam o conceito, enquanto 18 participantes heterossexuais tinham ouvido falar, mas não sabiam explicar, e 14 pessoas heterossexuais não tinham conhecimento do termo. Por outro lado, entre os participantes não heterossexuais, 23 conheciam o conceito, 11 tinham ouvido falar, mas não sabiam explicar, e 4 não tinham conhecimento do termo.

Embora apresentado exemplos, houve participantes que talvez não tenham entendido de fato algumas das perguntas ali apresentadas, pois no decorrer das perguntas, apresentou respostas incoerentes. Por exemplo, respondiam que não conheciam o conceito e concordavam que o curso aborda a temática de forma satisfatória, ou participantes que não conheciam microagressões, mas afirmaram ter sido vítima/presenciou microagressões. O número de respostas incoerentes é de 5 participantes. Outro aspecto analisado refere-se às pessoas que descreveram sua orientação sexual para além das opções disponíveis no questionário, mas por não se descreverem como heterossexuais, foram incluídas no grupo de pessoas não heterossexuais.

Figura 2: Descrição dos participantes que sabem o que é microagressão

	SIM						NÃO						JA OUVI FALAR, MAS NAO SEI EXPLICAR						TOTAL		
	PH		PNH		Total		PH		PNH		Total		PH		PNH		Total		PH	PNH	Total geral
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	n	n
Você sabe/sabia o que é microagressão?	23	42%	23	61%	34	37%	14	25%	4	11%	18	19%	18	33%	11	29%	29	31%	55	38	93

No que tange às microagressões, ao responder se a graduação de Psicologia aborda adequadamente o tema, dos 93 participantes, as pessoas que se descreveram como heterossexuais, 49 participantes acreditam que não aborda adequadamente o tema e 8 participantes acreditam que sim. Dos participantes não heterossexuais, 30 participantes acreditam que a graduação não aborde de forma adequada e 6 participantes acreditam que sim. Ao todo, 79 participantes (85%) acreditam que a formação não aborda adequadamente o tema. Além da dessa questão, na Figura 3, estão descritas as demais questões do questionário.

Em relação a vivenciar microagressões, dos participantes que já foram vítimas, observou-se que 12 participantes não heterossexuais e 3 participantes heterossexuais, por outro lado, dos participantes que não foram vítimas, 52 heterossexuais e 20 participantes não heterossexuais. Além disso, houve participantes que informaram que não sabiam dizer se já haviam sofrido alguma microagressão, sendo 2 participantes heterossexuais e 4 participantes não heterossexuais.

Outro aspecto no que diz respeito à percepção dos participantes ao presenciar microagressões a outras pessoas durante a graduação, dos 93 participantes, 48 (52%) afirmaram ter presenciado essas situações, enquanto 37 (40%) declararam não ter presenciado e 8 (9%) não puderam confirmar. Quanto à influência das discussões sobre microagressões na formação em Psicologia sobre a qualidade do trabalho do psicólogo, 91 participantes (98%) concordaram que essas discussões exercem impacto positivo, enquanto 2 participantes (2%) discordaram dessa afirmação.

No que diz respeito ao sentimento de desconforto ou insegurança relacionados ao aprendizado ou à prática profissional em questões de diversidade e inclusão, 51 participantes (55%) informam já ter experimentado desconforto, enquanto 43 participantes (45%) afirmaram não ter sentido desconforto. Destes, 19 pessoas não heterossexuais relataram ter sentido desconforto, enquanto 17 pessoas heterossexuais afirmaram não ter vivenciado tal sensação.

Figura 3: Descrição das demais perguntas do questionário

	Sim						Não						Não sei						TOTAL			
	PH		PNH		Total		PH		PNH		Total		PH		PNH		Total		PH	PNH	Total geral	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	n	n	
Você acredita que a formação em psicologia aborda adequadamente o tema de microagressões?	8	14%	6	17%	14	15%	49	86%	30	83%	79	85%								57	36	93
Você já foi vítima de microagressões relacionadas a gênero ou orientação sexual durante a sua formação em psicologia?	3	5%	12	33%	15	16%	52	91%	20	56%	72	77%	2	4%	4	11%	6	6%	57	36	93	
Você já presenciou microagressões relacionadas a gênero ou orientação sexual durante a sua formação em psicologia?	26	46%	22	61%	48	52%	25	44%	12	33%	37	40%	6	11%	2	6%	8	9%	57	36	93	
Na sua opinião, as discussões sobre microagressões na formação em psicologia pode influenciar na qualidade do trabalho do psicólogo?	56	98%	35	97%	91	98%	1	2%	1	3%	2	2%							57	36	93	
Você já se sentiu desconfortável ou inseguro(a) em situações de aprendizado ou prática profissional relacionadas a questões de diversidade e inclusão?	32	56%	19	53%	51	55%	25	44%	17	47%	42	45%							57	36	93	
Você acredita que teve discussões suficientes sobre a temática para gerar impacto positivo e reduzir as microagressões?	3	5%	2	6%	5	5%	49	86%	33	92%	82	88%	5	9%	1	3%	6	6%	57	36	93	
Você já viu no curso movimentos de práticas afirmativas contra microagressões?	2	4%	6	17%	8	9%	55	96%	30	83%	85	91%							57	36	93	
Você acha que práticas afirmativas seriam boas no curso de Psicologia para diminuir as microagressões?	57	100%	33	92%	90	97%	0	0%	3	8%	3	3%							57	36	93	

Ao indagar se os participantes acreditavam que as discussões sobre a temática foram suficientes para gerar um impacto positivo e reduzir as microagressões, 82 pessoas (88%) dentre os 93 participantes afirmaram que não, enquanto 5 pessoas (5%) responderam positivamente e 6 pessoas (6%) afirmaram não ter certeza. Este resultado sugere um possível déficit nas discussões sobre microagressões durante o período de graduação.

Na etapa final do questionário, foi apresentado o conceito de práticas afirmativas e seu potencial transformador no combate às microagressões. Ao questionar se os participantes já haviam testemunhado iniciativas relacionadas a práticas afirmativas, 85 participantes (91%) responderam negativamente, indicando uma falta de experiência nesse contexto, enquanto 8 participantes (9%) afirmaram já ter observado tais práticas.

Como última questão, se os participantes consideravam que a implementação de práticas afirmativas no curso de Psicologia seria benéfica para reduzir as microagressões. Neste caso, 90 pessoas (97%) responderam afirmativamente, indicando um amplo apoio à introdução de tais práticas, enquanto 3 pessoas (3%)

discordaram dessa possibilidade. Dos 3 participantes que discordam dessa afirmação, os 3 são participantes não heterossexuais.

A pesquisa apresenta dados que favorecem a formulação de novas hipóteses sobre a complexidade das práticas culturais estigmatizantes voltadas para a comunidade LGBT. Historicamente, o Brasil foi marcado pela perseguição e controle aversivo de minorias (Pedroso, 2023). Após diversos movimentos de resistência (Vianna, 2015), em 2019, a discriminação com base na orientação sexual foi criminalizada pela Lei de Racismo (Brasil, 1989). No entanto, os índices de violência contra a comunidade LGBT continuam alarmantes (Farias, 2022). Nesse contexto, a Psicologia é uma das áreas que se dedica ao trabalho com essa comunidade. Desde 2005, o código de ética da profissão estabelece normas de conduta, exigindo que os profissionais promovam igualdade e respeito para todos (CFP, 2005).

Apesar dessas normativas, observa-se a persistência de profissionais da Psicologia que apoiam a polêmica prática da "cura gay", embora o Conselho Federal de Psicologia seja veementemente contrário a essa abordagem (CFP, 2021). Essa discrepância indica a possibilidade de lacunas na formação dos futuros profissionais de Psicologia durante a graduação. Portanto, torna-se essencial investigar como os estudantes interpretam a situação das microagressões, visando identificar possíveis deficiências na formação acadêmica. À luz dos dados coletados, prevalece a indicação de um possível déficit na formação profissional.

Buscar a incidência desses fenômenos durante a graduação em Psicologia pode servir como indicativo das posturas adotadas pelos profissionais da área em relação à defesa da chamada 'cura gay'. Desta maneira, a interligação entre microagressões, práticas culturais e a história do Brasil oferece parâmetros essenciais para delinear maneiras de compreender o fenômeno e desenvolver estratégias eficazes visando a redução das ocorrências de microagressões contra a comunidade LGBT.

Portanto, embora o estudo apresente diversas possibilidades de análise, seu foco principal foi investigar três pontos específicos. Primeiramente, buscou-se verificar a ocorrência de microagressões, sendo que uma prevalência afirmativa foi identificada. Em segundo lugar, analisou-se se a formação educacional era possivelmente deficitária, confirmando-se a predominância dessa condição. Por fim, investigou-se se os participantes acreditavam que a implementação de práticas

afirmativas poderia reduzir a incidência de microagressões, sendo que também prevaleceu a resposta afirmativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, de maneira abrangente, expõe a construção histórica das práticas LGBTfóbicas ainda persistentes, apesar das mudanças ocorridas ao longo da história. Os dados coletados durante a graduação em Psicologia apontam para uma possível deficiência na formação, revelando um cenário que pode contribuir para comportamentos segregatórios por parte dos profissionais em relação à comunidade LGBT.

Apesar de algumas respostas incoerentes dos participantes, é possível identificar a presença das microagressões, bem como uma qualidade deficitária no que diz respeito ao aprendizado sobre diversidade e inclusão, levando parte dos participantes a expressar desconforto. Por outro lado, os dados também indicam a ausência de movimentos afirmativos para reduzir as microagressões, o que pode resultar na perpetuação desses comportamentos prejudiciais na prática profissional.

Observa-se que a possível escassez de discussões e a possível falta de iniciativas afirmativas, aliadas à presença de vítimas e indivíduos que, mesmo não sendo diretamente afetados, tiveram contato com microagressões, podem contribuir para a normalização desse comportamento. Esse padrão é descrito como parte das práticas culturais.

É perceptível que algumas respostas apresentadas em certos aspectos, especialmente quando envolvem pessoas não heterossexuais que desconhecem o conceito de microagressão, enquanto afirmam que a formação aborda o tema de maneira satisfatória. Essas peculiaridades destacam a complexidade do fenômeno, mas não reduzem a necessidade de expandir as discussões e criar novos espaços formativos para capacitar os futuros profissionais e promover transformações nas práticas culturais.

Em síntese, os dados expostos sobre identidade de gênero podem sugerir falta de diversidade de pessoas não cisgênero no curso de Psicologia. Esse dado poderá ser objeto de estudo em pesquisas futuras. Ressalta-se que a expressão “adequadamente” pode ser interpretada de diferentes maneiras, segundo viés

subjetivo, o que é adequado para um pode não ser para outro. Além disso, o teste piloto não foi suficiente para identificar completamente esse aspecto. Portanto, recomenda-se que em estudos futuros sejam adotados uma metodologia alternativa que possibilite um maior controle de dados, além de incluir a identificação do período e a participação de outras Universidades.

O estudo apresentou dados relevantes relacionados à formação em Psicologia, evidenciando a presença de microagressões entre os alunos cisgêneros, transgêneros, de orientação heterossexual ou não heterossexuais. Ademais, apresentou a sugestão de medidas afirmativas, que os participantes demonstraram apoio como uma estratégia potencialmente eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 de abril. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1962.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cura gay**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/tag/cura-gay/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

COSTA, J. C; OLIVEIRA, P. A.; FERRAZZA, D. A. Psicologia social e direitos humanos: a atuação da psicologia diante da ditadura militar e das manifestações atuais no Brasil. **Revista de psicologia da IMED**, v. 6, n. 2, p. 70-80, 2014.

DOI:10.18256/2175-5027/psico-imed.v6n2p70-80. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/download/543/480> Acesso em: 09 abril. 2023.

DEWES, J. O. Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling : uma descrição dos métodos. 2013. **Trabalho de Conclusão de curso (Bacharel em Estatística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Instituto de

Matemática. Departamento de Estatística, p. 1-53, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/93246>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FARIAS, V. 1,7 mil LGBTQIA+ foram vítimas de agressões físicas em 2021; 8 estados não têm dados sobre o tema. **G1-Globo**, [s. l.], 28 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/17-mil-lgbqia-foram-vitimas-de-agressoes-fisicas-em-2021-8-estados-nao-tem-dados-sobre-o-tema.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FERREIRA, V. S. I. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i2.1826. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1826>. Acesso em: 11 abr. 2023.

GONÇALVES, H. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2ª ed. São Paulo: AVERCAMP, 2005. 168 p.

HUR, D. U.; LACERDA, F. Psicologia e Democracia: da Ditadura Civil-Militar às Lutas pela Democratização do Presente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 3–10, 2017. DOI: 10.1590/1982-3703190002017. Acesso em: 12 abr. 2023.

MELO, C. M.; GARCIA, L. T.; ROSE, J. C. C.; FALEIROS, P. Cultura e liberdade. In: HÜBSCHER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. **Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. cap. 12, p. 167-187.

MIZAE, T. M.; DOS SANTOS, S. L.; DE-ROSE, J. C. C. Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 20, n. 2, dez. 2016. ISSN 1981-8076. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v20i2.46278>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/46278>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MOREIRA, M. B.; HANNA, E. S. Bases Filosóficas e noção de ciência em Análise do comportamento. In HÜBSCHER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. **Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. cap. 1, p. 1-19.

MUSSI, S. V.; MALERBI, F. E. K. Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQIA+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438> Disponível em: <https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1438>. Acesso em: 22 abr. 2023.

OLIVEIRA, I. T.; SOLIGO, A.; OLIVEIRA, S. F.; ANGELUCCI, B. Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-15, jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21826/2179-5800201781315>. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612017000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2023.

PEDROSO, N. A. **Atravessamentos entre a ditadura civil-militar brasileira e a perseguição às pessoas LGBT: histórico, recorte justransicional e legado**

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.612- 637, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483

autoritário. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 1-119, 2023. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7812>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO, A.. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/4xwr4p3tC9DjRTvW75X9Dkh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PIOVESAN, F.. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 887–896, set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhfnv8FQsVZzFH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SALVADOR, A. C.; PAIVA, A. R.; NEVES, A. V. Ações afirmativas, movimentos sociais e reconhecimento—Estudos contemporâneos. **Revista O Social em questão**. Ano XX, n. 37, p. 09-14, 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acessado em: 22 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo. [online] 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVA, T. "Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código." **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos** (2020): 121-135. Disponível em: <https://encr.pw/kFRr5>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVA, B. H. da S. e; VIECILI, J. Características do comportamento de microagressão contra pessoas trans em ambientes de trabalho. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 271–288, 2022. DOI: 10.18761/VEEM.0078.out21. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/851>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SKINTA, M. D. **Contextual behavioral therapy for sexual and gender minority clients: a practical guide to treatment**. New York: Routledge, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429030307>. Acesso em: 02 abr. 2023.

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M.. Análise experimental do comportamento e sociedade: um novo foco de estudo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 1, p. 25–29, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/RGCTbG6TNF8Wtk4Xm674ysP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 abr. 2023.

TODOROV, J. C. Contingências de seleção cultural. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [S.l.], v. 8, n. 2, nov. 2014. ISSN 2526-

6551. DOI:<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v8i2.1315>. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/1315>>. Acesso em: 13 set.
2023.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** *Temáticas*, 22 (44), 203-220. 2014. DOI:
<https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em:
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>.
Acesso em: 10 nov. 2023.